



Dep. Valdir Rossoni + 25 assinaturas
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4/2013

I - PROTOCOLE-SE

II - PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA
CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

III - À DL PARA PROVIDÊNCIAS

DATA 04 SET. 2013

PRESIDENTE

Altera a redação do § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo terceiro do Artigo 57 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 (...)

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Assinatura

Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE

(1)

Quanto Chico

Assinatura

Assinatura

15331 04/09/2013 087771 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



	DEPUTADO	ASSINATURA
2	DEP. ADELINO RIBEIRO	Assinatura
3	DEP. ADEMAR TRAIANO	Assinatura
	DEP. ADEMIR BIER	
4	DEP. ALCEU MARON FILHO	Assinatura
5	DEP. ALEXANDRE CURI	Assinatura
	DEP. ANDRE BUENO	
	DEP. ANIBELLI NETO	
	DEP. ARTAGÃO JUNIOR	
6	DEP. BELINATI	Assinatura
	DEP. BERNARDO RIBAS CARLI	
	DEP. CAÍTO QUINTANA	
	DEP. CANTORA MARA LIMA	
	DEP. CLEITON KIELSE	
7	DEP. DOUGLAS FABRÍCIO	Assinatura
8	DEP. DR. BATISTA	Assinatura
	DEP. DUÍLIO GENARI	
	DEP. ELIO RUSCH	
9	DEP. ELTON WELTER	Assinatura
10	DEP. ENIO VERRI	Assinatura
11	DEP. EVANDRO JUNIOR	Assinatura
	DEP. FERNANDO SCANAVACA	
	DEP. FRANCISCO BÜHRER	
12	DEP. GILBERTO MARTIN	Assinatura
13	DEP. GILBERTO RIBEIRO	Assinatura
14	DEP. GILSON DE SOUZA	Assinatura
	DEP. HERMAS BRANDÃO JR	



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



	DEP. JONAS GUIMARÃES	
15	DEP. LUCIANA RAFAGNIN	
	DEP. LUIZ ACCORSI	
	DEP. LUIZ CARLOS MARTINS	
	DEP. MARLA TURECK	
	DEP. MAURO MORAES	
16	DEP. NELSON GARCIA	
17	DEP. NELSON JUSTUS	
18	DEP. NELSON LUERSEN	
	DEP. NEREU MOURA	
	DEP. NEY LEPREVOST	
	DEP. PARANHOS	
	DEP. PASTOR EDSON PRACZYK	
19	DEP. PEDRO LUPION	
	DEP. PÉRICLES DE MELLO	
20	DEP. PLAUTO MIRÓ	
21	DEP. PROFESSOR LEMOS	
22	DEP. RASCA RODRIGUES	
	DEP. ROBERTO ACIOLLI	
	DEP. ROSE "LITRO"	
	DEP. STEPHANES JUNIOR	
	DEP. TADEU VENERI	
23	DEP. TERCÍLIO TURINI	
24	DEP. TERUO KATO	
25	DEP. TONINHO WANDSCHEER	
	DEP. WALDYR PUGLIESI	
26	DEP. WILSON QUINTEIRO	



JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda Constitucional tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para a deliberação de que trata o § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Cabe salientar que no mesmo caso, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, § 3º), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Tal proceder se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto. Os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto garante esta prestação.

Frise-se que isso é o que está acontecendo na maioria dos legislativos estaduais e até mesmo em algumas câmaras municipais. No Rio de Janeiro, foram aprovadas duas Emendas Constitucionais, que extinguem o voto secreto para as deliberações a respeito dos vetos do Poder Executivo e da cassação de mandato dos parlamentares. Em Pernambuco, a maioria dos deputados é favorável à adoção do voto aberto para todas as deliberações. A matéria também está sendo discutida em São Paulo, e já foi aprovada em 1º turno. Além disso, a imprensa também noticiou que deverá ser constituída uma comissão de parlamentares paulistas, com o intuito de encadear movimento junto a outras assembleias estaduais, para que sejam feitas as alterações necessárias na Constituição Federal, de modo a banir definitivamente o instituto do voto secreto.

Portanto, a presente proposta se faz necessária para assegurar uma maior transparência às votações pelo plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, uma vez que não há sentido no voto secreto dentro do Parlamento.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO III DOS DEPUTADOS

Art. 57. Os Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º. Desde, a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2º. O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º. No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembléia Legislativa, para que a mesma, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º. Os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5º. Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º. A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 7º. As imunidades de Deputados subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, nos casos de atos praticados fora de seu recinto que sejam incompatíveis com a execução da medida, e só quando assim o forem as dos Deputados Federais e Senadores, conforme fixa a Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)

(Apresentação do Coral)

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Registramos e agradecemos a presença do Prefeito de Santa Mariana, Jorge Rodrigues Nunes e também da Secretária Roseli Isidoro, da Secretaria Municipal da Mulher. Obrigada pela presença. O título de Cidadania Honorária do Paraná a ser conferido ao Sr. Dinarte Antonio Vaz possui os seguintes termos: *Cidadania Honorária do Paraná. Os Poderes Constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 17.564, datada de 08 de maio de 2013, conferem ao Sr. Dinarte Antonio Vaz, o título de Cidadão Honorário do Paraná, para o que mandaram expedir o presente diploma. Curitiba, 20 de agosto de 2013.* Assinam o referido diploma: o Governador do Estado do Paraná, Beto Richa; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Clayton Coutinho de Camargo. Neste momento, então, solicitamos ao Deputado Rasca Rodrigues, que proceda à entrega do título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, ao Sr. Dinarte Antonio Vaz.

(Durante a outorga, apresentação do Coral). (Aplausos).

Registramos também a presença do Prefeito de Rolândia Johnny Lehmann, que está conosco. Muito obrigado pela presença, Prefeito. Em uma homenagem especial, solicitamos à Sra. Fátima Aguiar, para que proceda à entrega de um ramalhete de flores à Sra. Maria Lúcia Vaz, esposa do mais novo Cidadão Honorário Paranaense. (Fundo musical durante a entrega). (Aplausos).

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues): O Dinarte disse que a família toda está chorando, e é verdade, estão todos ali, mas é um momento especial. Esta Presidência tem a honra de conceder à palavra ao mais novo Cidadão Honorário Paranaense, Sr. Dinarte Antonio Vaz. Esquece, daqui para frente, que você é paulista, Dinarte. (Aplausos).

SR. DINARTE ANTONIO VAZ: É muita emoção! Como o Rasca disse, é uma família de chorões e não posso ficar fora. Exmo. Deputado Rasca Rodrigues, autor da proposta de outorga deste título de Cidadão Honorário do Paraná, em seu nome saúdo os demais Deputados que integram esta Assembleia Legislativa e que representam a voz do povo do Paraná; demais autoridades nominadas e componentes da Mesa, cumprimento-os em nome de um colega de turma, Edson Vidal Pinto. São muitas as autoridades presentes sem que eu tenha condições de nominá-las como determina o protocolo, sob pena de cometer injustiça. Entretanto, existe uma palavra que substitui qualquer distinção hierárquica e assim saúdo os meus amigos e as minhas amigas. Saúdo também os meus familiares. Passado o susto da surpresa proporcionada pelo Deputado Rasca, porque nem em sonho eu imaginava receber tão honrosa homenagem, veio o momento de reflexão para buscar entender o significado e as razões de tão importante título. Duas coisas ficaram muito claras: a primeira, deixo de ser paranaense de fato, como sempre me senti, para, com muito orgulho, renascer paranaense de direito, igual ao restante da minha família, mantendo o devido respeito pela minha cidade de nascimento, São Paulo. A segunda é que ninguém chega a lugar nenhum sem o apoio, a colaboração, o incentivo, a confiança e a compreensão dos verdadeiros amigos. Ao folhear o livro da minha jornada de mais de 70 anos de vida e 50 de trabalho, fui encontrando esses verdadeiros amigos na vida privada, no trabalho, na vida pública e na família. Na origem, a minha mãe, Dona Ofélia, curitubana, filha de imigrantes italianos, mulher maravilhosa e muito querida. Meu pai, Pierre, mais que um pai, um amigo e meu idolo; embora nascido no Rio de Janeiro, foi criado desde os sete anos de idade em Curitiba, com a família Kosop, que considero também minha família. Seus conselhos foram o norte da minha vida, pois me legaram os atributos do respeito por todos, da humildade, generosidade, paixão pelo trabalho, o saber ouvir, da gratidão e da lealdade. Em outra página, a minha vida definitiva para Curitiba, no início dos anos 60, o vestibular e o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A nossa turma, turma de 67, uma turma fora de série, existindo até hoje um grupo que se reúne mensalmente, com alguns agregados contemporâneos, inclusive quatro médicos, o que é muito importante na nossa idade ter por perto. A formatura, o casamento, que dura quase 50 anos. A advocacia, o primeiro escritório, do saudoso Dr. Joaquim Brito de Lacerda e do Prof. Carlos Fernando Correia de Castro, um grande aprendizado; o pequeno escritório em Campo Largo, com o Minol e o Johnson. Os dois primeiros filhos chegaram e são páginas marcantes, apesar das dificuldades normais do início de carreira e da nova família. O primeiro emprego público, 1971, na Companhia de Habitação Popular de Curitiba, Cohab-CT, presidida pelo engenheiro Luiz Antonio Parigot de Souza, aqui presente, com quem aprendemos muito do sistema financeiro da habitação e administração pública; ali desenvolvemos importantes trabalhos de regularização e implantação de conjuntos habitacionais e infraestrutura em Curitiba e Paranaguá. Em 74 fomos para o BNH, onde durante 12 anos exercemos várias atividades jurídicas, financeiras e administrativas, com uma equipe maravilhosa de técnicos de ponta. Executamos trabalhos inesquecíveis no BNH e entre eles destaco, para mim, a construção da sede do BNH em Curitiba, onde participei desde a aquisição dos terrenos, na comissão de licitação e o acompanhamento da obra. Nessa época nasceu a minha filha caçula, a Lorena. Como coordenador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, percorri o Paraná orientando as Prefeituras para a regularização da situação perante o Fundo, viabilizando assim a obtenção de recursos para habitação, saneamento, urbanização, equipamentos comunitários, enfim, um universo de recursos que eram destinados às Prefeituras. Tenho lembrança de Prefeitos da época, como o Haully, em Cambé, um italiano muito bravo em Cascavel, Dr. Tolentino; custamos a convencê-los de que tinham que desembolsar dinheiro para regularizar a situação perante o Fundo. Encontrei um italiano muito bravo, que no final deu-me de presente uma faca fabricada na sua cidade de Toledo, o Prefeito que é hoje Deputado, companheiro dos senhores, o Duilio Genari. Tempos bons! Em 1986 foi extinto o BNH e fomos incorporados ao quadro de servidores da Caixa Econômica Federal, onde reencontrei a advocacia no jurídico da Caixa, comandado pelo amigo Antonio Edilson Pereira, embora tenha ficado pouco tempo, pois nesse período, por indicação da Caixa do Paraná e do próprio Edilson, fui designado para um trabalho que considero uma realização profissional: em companhia de um jovem advogado de São Paulo, hoje advogado em Brasília, Luiz Carlos Cazetta, coordenamos os procedimentos jurídicos para a venda dos imóveis funcionais de Brasília e das mansões dos Ministros, resultando em um grande sucesso, com a alienação de mais de 10 mil imóveis, desonerando a União. Na Caixa ainda exerci várias funções administrativas com gratificantes trabalhos na companhia de Ernesto Nogueira, Joaquim Vanhoni, Vanderlei Carvalho, Norman Arruda e tantos outros. Finalmente, o meu casamento com o Patrimônio da União, onde estou tombado. Lá se vão 23 anos no comando dessa instituição no Paraná, com uma estada de dois anos como Diretor em Brasília, sempre buscando regularizar e disponibilizar os imóveis da União de maneira justa, priorizando a destinação socioambiental.

Chegamos ao dia de hoje, esperando que este livro continue aberto por mais tempo sempre na certeza do dever cumprido. Não podemos esquecer que existem também as páginas tristes e saudosas que nos remetem às perdas das pessoas queridas, mas nesta data nos reportaremos apenas aos momentos alegres. Dito isso, resta-me agradecer e agradecer muito. Agradecer às palavras elogiosas que recebi, não sabendo se sou merecedor de tanto. Agradeço, como movido, ao Governo do Estado do Paraná e ao povo paranaense que, por intermédio unânime dos seus legítimos representantes que integram esta Casa, outorgam-me a condição de paranaense honorário, que muito me orgulha. Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Deputado Rasca, de coração, muito honrado, agradeço a V. Exas. por este título que é motivo de imenso orgulho meu e de meus familiares. Agradeço aos meus amigos, familiares e companheiros dessa humilde jornada, em especial aos amigos do Patrimônio da União do Órgão Central e das demais Superintendências do Brasil que sempre me receberam com muito carinho e respeito. Agradeço a todos os demais colegas de trabalho que comigo trilhamos essa jornada. Aos colegas da Superintendência do Paraná, a vocês um muito obrigado especialíssimo, aos que ainda militam e aos que já não trabalham conosco, pela dedicação o esforço e a superação que colocam a nossa casa como referência nacional, apesar das enormes dificuldades. A vocês devo grande parte desta homenagem. Agradeço à minha família; à Marina, à Verônica, pelo carinho sempre dedicado aos meus filhos, netos e aos meus pais; ao meu neto Noah, que completa cinco meses, e que só vai entender a importância desta data daqui a algum tempo. Minhas lindas e maravilhosas netas Nicole e Amanda pelas alegrias constantes em nossa casa; à minha filha caçula Lorena Lúcia, ao meu genro Ricardo Meken, obrigado pela amizade e carinho e pelos netos maravilhosos que nos deram; ao meu filho Marco Aurélio e Waleska, esperando que voltem logo a morar no Brasil, para a nossa alegria; ao meu netão Thiago, primeiro neto, companheiro maravilhoso e ao meu filho mais velho Pierre, sempre presente e muito carinhoso. Tenho certeza que essa honraria servirá como exemplo para que sigam o caminho do estudo, do trabalho, com a mesma humildade e determinação do pai e avô de vocês. Claro, agradeço de coração à responsável principal por eu ter chegado até aqui: minha esposa Maria Lúcia, nossa querida Mara, pela paciência de me aguentar. Por seu amor, pela dedicação e garra em comandar a nossa família, superando as dificuldades com as minhas constantes ausências ao longo dessa jornada, um beijo. Finalmente, agradeço hoje e sempre ao Pai do Céu por tudo que me proporciona e pedindo que nos abençoe a todos. Muito obrigado! (Apresentação Musical)

SR. PRESIDENTE (Deputado Rasca Rodrigues): Eu, quando não estava Deputado, às vezes, criticava, não conhecendo uma solenidade como esta, o fato de o Deputado ficar concedendo título de Cidadão Honorário. Achava que isso não era função - e não é a função primeira do Deputado - mas assistindo algumas percebi o quanto isso é importante para que tenhamos este reconhecimento das pessoas que fazem a diferença, que estabelecem valores morais, culturais, e o Dinarte é uma dessas pessoas. É uma unanimidade dos seus amigos, dos seus colegas pela postura de uma vida como profissional, como pai e como avô. Portanto, esta Presidência agradece a presença das autoridades, de todos os amigos, familiares, uma especial saudação ao nosso ex-Deputado Reni Pereira, hoje Prefeito de Foz do Iguaçu, Dinarte, que chegou durante a sua fala. Ao Norman Arruda que você citou durante a sua fala, seu amigo que está aqui. Agradeço às autoridades civis e militares, o Corpo Consular, o nosso homenageado, o nosso Coral Paraná sob a regência do Maestro Paulo Kühn - mais uma vez, Maestro, esta Casa agradece a presença de vocês que abrilhantam demais os eventos e solenidades desta Casa. Obrigado! Bem como os demais convidados que compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense. Aos nossos telespectadores, está sendo ao vivo, o nosso canal aberto pelas parabólicas espalhadas pelo Paraná. Ao término desta solenidade o nosso homenageado receberá os cumprimentos no espaço cultural desta Casa de Leis, aqui ao lado, oferecendo um coquetel do nosso amigo Nogarolli, amigo comum e que, prontamente quando soube nos ligou dizendo que ele estaria à disposição para oferecer isso ao Dinarte, por entender que ele era merecedor de ter, portanto uma boa recepção nesta Casa. Assim, convindo a todos a ouvirem o Hino do Paraná, após o que declaramos encerrada a presente Sessão Solene do mais novo cidadão paranaense, Dinarte Vaz. (Execução do Hino do Paraná.) "LEVANTA-SE A SESSÃO".

84060/2013

Processo Legislativo

Comissão Executiva

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4/2013

Altera a redação do § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo terceiro do Artigo 57 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57 (...)

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Assinaram os Deputados: Valdir Rossoni, Adelino Ribeiro, Ademair Traiano, Alceu Maron Filho, Alexandre Curi, Belinati, Douglas Fabricio, Dr. Batista, Elton Welter, Enio Verri, Evandro Junior, Gilberto Martin, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Pedro

Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Wilson Quinteiro.

JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda Constitucional tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para a deliberação de que trata o § 3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Cabe salientar que no mesmo caso, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, § 3º), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Tal proceder se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto. Os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto garante esta prestação.

Frise-se que isso é o que está acontecendo na maioria dos legislativos estaduais e até mesmo em algumas câmaras municipais. No Rio de Janeiro, foram aprovadas duas Emendas Constitucionais, que extinguem o voto secreto para as deliberações a respeito dos vetos do Poder Executivo e da cassação de mandatos dos parlamentares. Em Pernambuco, a maioria dos deputados é favorável à adoção do voto aberto para todas as deliberações. A matéria também está sendo discutida em São Paulo, e já foi aprovada em 1º turno. Além disso, a imprensa também noticiou que deverá ser constituída uma comissão de parlamentares paulistas, com o intuito de encadear movimento junto a outras assembleias estaduais, para que sejam feitas as alterações necessárias na Constituição Federal, de modo a banir definitivamente o instituto do voto secreto.

Portanto, a presente proposta se faz necessária para assegurar uma maior transparência às votações pelo plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, uma vez que não há sentido no voto secreto dentro do Parlamento.

Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Deputado Valdir Rossoni
PRESIDENTE

84067/2013

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 03 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE JUNHO DE 2013.

Aos três dias do mês de Junho do corrente ano às quatorze horas e quinze minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 144/2013. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão que assinam o parecer, havendo quórum para iniciar a reunião, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Elio Rusch, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 144/13, súmula "Mensagem 025/2013 - Altera os dispositivos que especifica a Lei nº 13.283 de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385 de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.", de autoria do Poder Executivo, apresentando o parecer **FAVORÁVEL**. Não havendo quem quisesse discutir, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Anderson Ando, Secretário desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Anderson Ando
Secretário

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 05 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JUNHO DE 2013.

Ao décimo sétimo dia do mês de Junho do corrente ano às dezessete horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 564/2012. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão conforme assinatura no parecer, havendo quórum para iniciar a reunião, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 564/12, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, súmula "Revoga a Lei 11.722/1997. (Dispõe que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior", ante a leitura do parecer o Relator ressaltou que a comissão em tela não aprecia o projeto inicial, mas a emenda Substitutiva Geral apresentada e apreciada pela CCJ apresentando o parecer **FAVORÁVEL**. Colocado em discussão o Deputado Enio Verrí alegou que este projeto embora beneficie as instituições de saúde mantidas pelas Instituições Estaduais, deixa de atender as Instituições mantidas pelas Universidades Federais e por isso seu voto é **CONTRÁRIO** ao parecer. Os deputados

Jonas Guimarães, Elio Rusch e Adelino Ribello entendem como benéfico o custeio as Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior, uma vez que as Federais recebem o custeio via Governo Federal. Não havendo quem mais quisesse discutir, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Anderson Ando, Secretário desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Anderson Ando
Secretário

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA nº 06 - 3ª Sessão Legislativa da 17ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2013.

Ao terceiro dia do mês de Setembro do corrente ano às quatorze horas e quinze minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 330/2013. Sob a presidência do Teruo Kato e na presença dos deputados membros desta comissão que assinaram o parecer, o Presidente, leu e aprovou a pauta para a reunião, passou a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, relator do projeto em pauta, passou então a leitura de parecer do Projeto de Lei nº 330/13, de autoria do Poder Executivo, súmula "INSTITUI O SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR, CONFORME ESPECIFICA", apresentando parecer **FAVORÁVEL**. O parecer foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente Teruo Kato encerrou a Reunião e eu, Ana Paula Bordini Orasmo, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente da Comissão, após sua leitura e aprovação.

Dep. Teruo Kato
Presidente

Ana Paula Bordini Orasmo
Secretária

84091/2013





Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DA ECOLOGIA E
Ata da 3ª Reunião Ordinária
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 31478313

Documento emitido em 17/09/2013 10:32:14.

Diário Oficial da Assembleia
Nº 503 | 10/09/2013 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ao vigésimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Deputado Rasca Rodrigues e com a presença dos senhores Deputados Elton Welter, Pedro Lupion, Jonas Guimarães, Wilson Quinteiro e da Deputada Mara Lima, a Comissão da Ecologia e Meio Ambiente - CEMA. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos passando à pauta de votações. O primeiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 398/12 de autoria do Deputado Marcelo Rangel que "dispõe sobre a destinação final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes". Projeto em apenso com o PL Nº 400/12. Projeto Relatado pelo Deputado Elton Welter teve pedido de vistas pelo Deputado Pedro Lupion. No Segundo item o Deputado Rasca Rodrigues passou a Presidência para o Deputado Pedro Lupion para que pudesse relatar o Projeto de Lei Nº 115/2013 de autoria do Deputado Alexandre Curi que "dispõe Recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica - CGH localizada no Município de Jaguariá". Projeto relatado pelo Deputado Rasca Rodrigues teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. Para dar continuidade a esta reunião o Deputado Pedro Lupion passou novamente a Presidência para o Deputado Rasca Rodrigues. O terceiro item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 116/2013 de autoria do Deputado Alexandre Curi que "dispõe sobre a autorização da Construção da Central Geradora Hidrelétrica - CGH localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso". Projeto relatado pelo Deputado Pedro Lupion teve parecer favorável e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O quarto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 558/2011 de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello que "acrescenta a profissão de farmacêutico do rol de profissões previsto no art 1º da Lei Estadual 16346/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente". Projeto relatado pelo Deputado Wilson Quinteiro teve parecer favorável nos termos da emenda modificativa anexa e foi colocado em discussão, não havendo quem quisesse discutir foi aprovado por unanimidade. O quinto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 411/2012 de autoria do Deputado Rasca Rodrigues que "altera o artigo 4º da Lei Nº 17259/12 (indústria e Comércio)". Projeto foi retirado da pauta uma vez que será arquivado a pedido do autor. O sexto item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 39/2013, de autoria do Deputado Nelson Justus que "dispõe sobre procedimentos licitatórios nas contratações de produtos e serviços que utilizem a matéria-prima papel". Projeto foi retirado da pauta uma vez que será arquivado a pedido do autor. O sétimo item em pauta foi o Projeto de Lei Nº 410/2012 de autoria do Deputado Stephanes Junior que "torna obrigatória, no Estado do Paraná, a implantação nas PCHS e barragens em curso de água para quaisquer fins, escadas e/ou outros dispositivos que possibilitem a subida de peixes para a desova (Piracema)". A Deputada Mara Lima relatora do devido projeto, recomendou a não continuidade da sua tramitação, visto já existir em vigor a Lei Estadual Nº 15446 de 15 de janeiro de 2007 em matéria idêntica, porém o Deputado Rasca Rodrigues pediu vistas do referido Projeto. O oitavo e último item em pauta foi o Projeto de Lei Complementar Nº 08/2013 de autoria do Deputado Francisco Bührer que, "dá nova redação à Lei Complementar Nº 59, de 1º de outubro de 1991". Projeto relatado pelo Deputado Jonas Guimarães, teve pedido de vistas pelo Deputado Rasca Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício desta Comissão, Deputado Rasca Rodrigues, encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente eu, Alessandra Silva Eleutério, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente desta Comissão.

Dep. RASCA RODRIGUES
Presidente em exercício da CEMA

ALESSANDRA S. ELEUTÉRIO
Secretária da CEMA

85078/2012

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 16ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Francisco Bührer, observando a presença dos Membros Titulares da Comissão, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Elton Welter, Deputado Jonas Guimarães, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Terclio Turini e Deputado Teruo Kato, deu-se início aos trabalhos da Comissão, passando diretamente para o primeiro item em pauta, Projeto de Lei Nº 115/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, o qual dispõe sobre recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica - CGH, localizada no Município de Jaguariá. Projeto este de relatoria do Deputado TERUO KATO, recebeu PARECER FAVORÁVEL com apoio de todos os presentes. O segundo item em pauta é o Projeto de Lei Nº 116/2013 também de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica - CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso. Projeto este de Relatoria do Deputado ELTON WELTER, que emitiu PARECER FAVORÁVEL sendo apoiado por

em em pauta é o Projeto de Lei Nº 368/2013 do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, que especifica ao Município de Santa Helena, o Estado ADELINO RIBEIRO que emitiu parecer favorável de todos os membros presentes. O quarto item em pauta é o Projeto de Lei Nº 327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre o apachante de Trânsito junto ao Departamento de Projeto este que teve como relator o Deputado ELTON WELTER, que se posicionou positivamente ao mérito apresentado, sendo apoiado por todos os membros presentes. O quinto item em pauta a ser apreciado pela Comissão é o Projeto de Lei 369/2013 - Mensagem 083/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual dá nova redação ao artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao município de Catanduvas, Paraná. Projeto este de relatoria do Deputado ADELINO RIBEIRO que fez referência ao mérito desta proposição, destacando que referido Projeto de Lei atende a necessidade imediata apresentada pelo Município e que merece ser apoiado por esta Comissão. Após realizar sua análise, o relator emitiu PARECER FAVORÁVEL, recebendo apoio de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA

85076/2012

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 21/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, Inc. XXXII, e tendo em vista o disposto no art. 35, do Regimento Interno,

DECLARA

constituiu a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado PEDRO LUPION, aprovada na Sessão Ordinária do dia 2 de setembro de 2013, autuada na Diretoria Legislativa, com a finalidade de "analisar as mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná". A Comissão Especial será composta pelos Deputados Caio Quintana (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Nereu Moura (PMDB), titular e Waldyr Pugliesi (PMDB), suplente; Bernardo Carli (PSDB), titular e Nelson Garcia (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Nelson Justus (DEM), suplente; Tadeu Veneri (PT), titular, e Enio Verril (PT), suplente; Pastor Edson Praczyk (PRB), titular e Wilson Quinteiro (PSB), suplente; Rasca Rodrigues (PV), titular e Belnaji (PP), suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de setembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

85070/2012

ATO DO PRESIDENTE Nº 22/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 9 de setembro de 2013,

DECLARA

constituiu a Comissão Especial com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com o apoio de vinte e cinco Deputados, Protocolada sob o nº 7771/13-DAP, que "altera a redação do § 3º do artigo 57, da Constituição Estadual". Conforme Indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Parlamentares: PMDB: Deputado Jonas Guimarães, titular e Deputado Gilberto Martin, suplente; PSDB: Deputado Francisco Bührer, titular e Deputada Cantora Mara Lima, suplente; DEM: Deputado Pedro Lupion, titular e Deputado Elio Rusch, suplente; PT: Deputado Elton Welter, titular e Deputado Tadeu Veneri, suplente; PDT: Deputado Fernando Scanavaca, titular e Deputado Andre Bueno, suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será presidida pelo Deputado Francisco Bührer e a Relatoria atribuída ao Deputado Pedro Lupion. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 10 de setembro de 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

85072/2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO ESPECIAL - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

04/2013

Sumula: ALTERA A REDAÇÃO DO §3º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDAS. MERITO. ALTERAÇÃO DO § 3º DO ARTIGO 57 DA CE. ÚNICA HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17 (PEC N. 29/2006). POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL

*Autor: Deputado VALDIR ROSSONI
Relator: Deputado PEDRO LUPION*

I - RELATÓRIO.

O nobre Deputado VALDIR ROSSONI é o signatário da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 04/2013, que objetiva modificar a redação do §3º do artigo 57¹ da Constituição Estadual, o qual determina que por intermédio do voto secreto a Assembleia Legislativa resolva acerca da prisão e autorize, ou não, a formação de culpa nos casos em situações

¹ 'Art. 57 [Constituição Estadual] [...]

§3º No caso de flagrante crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto secreto da maioria dos seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa. [...]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



que envolvam flagrante de crime inafiançável praticado por Parlamentar.

De acordo com a proposta o texto do §3º do artigo 57 da Constituição Estadual passa a contar com a seguinte redação:

'No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.' (grifo meu)

Conforme consta da inclusa justificativa, a PEC tem a finalidade de retirar a exigência de votação secreta para deliberação que trata o §3º do Artigo 57 da Constituição Estadual.

Salienta, inclusive, que em casos análogos, quando trata da sustação de ação contra deputados e senadores (artigo 53, §3º²), a Constituição Federal não exige votação secreta.

Aduz que o procedimento da votação secreta se justificava na época da ditadura quando mandatos eram cassados sob o menor pretexto.

Menciona, neste contexto, que atualmente os representantes do povo devem prestar contas de todos os seus

² 'Art. 53. [Constituição Federal/1988] Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. [...]

§3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.'



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



atos aos eleitores e à opinião pública, e o voto em aberto é uma forma de garantia desta prestação.

Cumpre-me mencionar que a Proposta obteve apoio dos seguintes Parlamentares: (i) Deputado ADELINO RIBEIRO; (ii) Deputado ADEMAR TRAIANO; (iii) Deputado ALCEU MARON FILHO; (iv) Deputado ALEXANDRE CURI; (v) Deputado BELINATI; (vi) Deputado DOUGLAS FABRÍCIO; (vii) Deputado DR. BATISTA; (viii) Deputado ELTON WELTER; (ix) Deputado EVANDRO JÚNIOR; (x) Deputado GILBERTO MARTIN; (xi) Deputado GILBERTO RIBEIRO; (xii) Deputado GILSON DE SOUZA; (xiii) Deputada LUCIANA RAFAGNIN; (xiv) Deputado NELSON GARCIA; (xv) Deputado ENIO VERRI; (xvi) Deputado NELSON JUSTUS; (xvii) Deputado NELSON LUERSEN; (xviii) Deputado PEDRO LUPION; (xix) Deputado PLAUTO MIRÓ; (xx) Deputado PROFESSOR LEMOS; (xxi) Deputado RASCA RODRIGUES; (xxii) Deputado TERCÍLIO TURINI; (xxiii) Deputado TERUO KATO; (xxiv) Deputado TONINHO WANDSCHEER; e (xxv) Deputado WILSON QUINTEIRO.

Na sequência foi devidamente instalada a Comissão Especial para análise da matéria, nos termos regimentais, conforme o ato do Presidente nº 22/2013, publicado no Diário Oficial nº 503, de 10 de setembro de 2013.

Por fim, como consta da mencionada publicação integram a presente comissão os seguintes Parlamentares: (i) Deputado Jonas Guimarães (titular), Deputado Gilberto Martin (suplente); (ii) Deputado Francisco Bühner (titular - PRESIDENTE), Deputada Mara Lima (suplente); (iii) Deputado Pedro Lupion (titular - RELATOR), Deputado Élio Rusch

Página 3 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



(suplente); (iv) Deputado Elton Welter (titular), Deputado Tadeu Veneri (suplente); e (v) Deputado Fernando Scanavaca (titular), Deputado André Bueno (suplente).

É O RELATÓRIO.

II - ANÁLISE

II.1 CONSTITUCIONALIDADE DA PEC, LEGALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA.

Em um primeiro momento é necessário analisar a constitucionalidade da proposição, em principal quanto ao cumprimento de sua formalidade.

A Constituição Estadual em seu artigo 64 determina as hipóteses e formalidades para emendar a Constituição, senão vejamos:

'Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio.

§ 2º. A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver, em ambas

Página 4 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 3º. A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º. Será nominal a votação de emenda à Constituição.'

Conforme já mencionado no Relatório do presente parecer, a Proposta de Emenda Constitucional teve ao todo 26 (vinte e seis) signatários, e o Estado não está enquadrado na hipótese do §1º do artigo 64 da CE, dessa forma considerando que há a necessidade de 1/3 dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (art. 64, inciso I, CE) e o Estado não estar em intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, não há qualquer óbice na regular tramitação da matéria nesta Casa de Leis, uma vez que preenchidos todos os requisitos.

No mesmo sentido, não vislumbro qualquer afronta às cláusulas pétreas previstas no §4º do artigo 60 da Constituição Federal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



II.2 DO MÉRITO

Verifica-se que a instituição do voto secreto nas deliberações do Poder Legislativo surgiu, no final do século XVII, como instrumento de defesa parlamentar contra as pressões do Poder Executivo.

À época, o mecanismo era utilizado como *freio* ao absolutismo até então exercido pelo monarca.

Nos séculos que se seguiram, o voto secreto nos Parlamentos procurou garantir a prevalência do interesse público em votações que desafiaram a vontade do Executivo.

O voto secreto era considerado, na sua origem histórica, portanto, uma garantia de preservação do interesse público nas votações congressuais. Por esse motivo foi adotado, também, no Brasil, desde a Constituição do Império (art. 24³), para determinadas deliberações legislativas.

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 mantém algumas hipóteses de votações secretas no Legislativo, mais especificamente nos casos de perda de mandato de deputado ou senador, a eleição dos membros das Mesas Diretoras das duas Casas, a eleição ou aprovação de Ministros do Tribunal de Contas, a indicação de presidentes e diretores do Banco Central, do Procurador-Geral da República, de magistrados e de

³ Art. 24. [Constituição do Império/1824] *As Sessões de cada uma das Camaras serão publicas á excepção dos casos, em que o bem do Estado exigir, que sejam secretas.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



embaixadores, bem como a rejeição dos vetos do Poder Executivo às normas aprovadas no Congresso.

No mesmo sentido, em respeito ao Princípio da Simetria, a Constituição Estadual manteve a exigência de votação secreta em determinados casos.

Porém, em relação ao tema especificamente o qual pretende a Proposta de Emenda Constitucional legislar, qual seja a hipótese prevista no §3º do Artigo 57 da Constituição Estadual, sequer subsiste sob o pretexto do mencionado princípio, considerando que na própria Constituição Federal não há a exigência de votação secreta em situações análogas, como bem mencionou o autor.

Ademais, a evolução democrática, impõe nos dias atuais novas exigências e novos imperativos a serem observados na estruturação e na atuação dos Poderes do Estado.

Atualmente, a transparência e a publicidade dos atos dos agentes públicos colocam-se como exigência impostergável para o exercício da cidadania.

A ideia de eliminar o voto secreto, nos parlamentos brasileiros, não é de hoje. Carlos MAXIMILIANO ao comentar a Constituição de 1946 já mencionava que:

'[...] em um regime democrático devem os governos agir à luz meridiana, expondo todos os seus atos ao estudo e à crítica dos interessados e dos competentes. A publicidade ainda é mais necessária, em se tratando das palavras e

Página 7 de 12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



votos de congressistas, que não têm senão a responsabilidade moral e são mandatários diretos do povo. Quando erram, o castigo único é a repulsa geral e a falta de sufrágios quando pleiteiem a reeleição.⁴ (grifo meu)

No mesmo sentido, também já mencionava Sampaio DÓRIA:

‘[...]a publicidade é indispensável, para que o povo, em cujo nome o Congresso delibera, conheça as razões do que lhe é imposto na lei, saiba como procedem seus representantes, e, em consequência, os aplauda ou os condene. O consentimento do povo na democracia não é só na investidura do poder. É mais até no exercício do poder, porque a investidura é apenas o caminho para o exercício do poder. O exercício é o fim de tudo, é o que se busca, é a missão para que se elege.’⁵

Rui Barbosa enquanto Senador da República, já afirmava que:

‘[é] dever do membro do Congresso Nacional responder à nação pelo modo como exerce as funções legislativas. Para isso exerce ela a fiscalização contínua sobre os atos dos seus representantes, acompanha as deliberações parlamentares, sobre as quais deve atuar, constantemente, a opinião pública, no seu papel de guia, juiz, freio e propulsor.’

Cumpre-me, ainda, recordar que o Estado do Paraná é pioneiro na ideia de se abolir o voto secreto, quando marcou a história do país ao aprovar uma PEC, determinando o voto aberto para todas as deliberações do Legislativo paranaense, a exceção de disposições constitucionais em contrário.

⁴ MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira*. Volume II, 1954, p. 39

⁵ DÓRIA. Sampaio. *Comentários à Constituição de 1946*. Volume II, 1960, p. 213/214



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Na época, dentro de um conjunto de medidas implantadas com o objetivo de modernizar a atuação desta Casa de Leis, os deputados aprovaram a PEC 29/06 de autoria do então Presidente da Casa Deputado Nelson Justus.

Inclusive na justificativa da proposta apresentada na época, e aprovada pela Assembleia, o deputado Nelson Justus alertava que a medida estava em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Diante disso, com a aprovação da PEC N. 29/2006, foi promulgada a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, que, dentre outras modificações que extirpou o voto secreto, inseriu o Parágrafo Único ao artigo 56 com a seguinte redação:

Art. 56. (...)

Parágrafo único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional 17 de 08/11/2006)

Com efeito, a presente PEC vem a contemplar a única hipótese que ainda continha de forma expressa o termo voto secreto, em que pese o dispositivo acima citado (Parágrafo Único do art. 56) já dispor de maneira genérica que o voto secreto é vedado em todo processo legislativo.

Neste sentido, não se pode negar que a opinião pública corrente majoritária é a de que o voto secreto pode ensejar o efeito inverso do propósito original, permitindo que representantes populares transacionem seu apoio a proposições



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



contrárias ao interesse público, na certeza de que seu voto não chegará ao conhecimento de seus eleitores.

Desta maneira, concebido para garantir a independência dos poderes, o voto secreto, ao gerar a impossibilidade do povo conhecer o voto dos seus representantes é que facilitaria a possibilidade desta interferência indevida, por meio de acordos ou negociações espúrias, imorais e ilegítimas.

Ademais, o argumento de que o voto secreto no parlamento garantiria a independência do parlamentar, na medida em que eliminaria a possibilidade de que este viesse a sucumbir diante de pressões de outras autoridades ou da própria sociedade é inaceitável nas modernas democracias.

Nos dias atuais um parlamentar possui plenas garantias jurídicas que permitem a ele exercer seu mandato com independência, liberdade de consciência e respeito àqueles que o elegeram.

Aliás, o conhecimento público de suas opiniões e de seus votos, é a melhor garantia contra quaisquer atitudes arbitrárias e ilegítimas a que eventualmente pudesse estar sujeito. Por isso, se no passado era justificada, no atual estágio de evolução democrática em que vivemos a perpetuação do voto secreto se apresenta como inaceitável, comprometendo inclusive a credibilidade do Poder Legislativo perante a sociedade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013

Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Entendo que a população tem o direito, de forma clara e transparente, de ter conhecimento como votou o seu representante tendo em vista os textos que nortearão a condução dos negócios públicos e as relações sociais, afinal o verdadeiro sentido da representação política está na possibilidade de controlar o poder político atribuída ao eleitor, que não pode exercê-lo pessoalmente.

Deve-se ainda observar que a alteração da Constituição Estadual se impõe até mesmo como forma de legitimar a escolha já realizada em algumas Constituições Estaduais, no sentido de abolir as votações secretas nas suas respectivas Assembleias Legislativas, conforme mencionou o autor em sua justificativa.

Firmadas estas considerações de mérito, externo o meu posicionamento que não apenas na hipótese ora proposta na presente PEC que, diga-se de passagem, vem a complementar a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, mas que de uma maneira geral a votação secreta deveria ser abolida por completo, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, pelo simples fato que este instituto não coaduna com a Democracia em que vivemos, uma Democracia consolidada que a própria população brasileira conquistou a duras penas.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico a transparência do Poder Legislativo, adequando-a aos ditames da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


COMISSÃO ESPECIAL – PEC 04/2013


Relator DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2013.

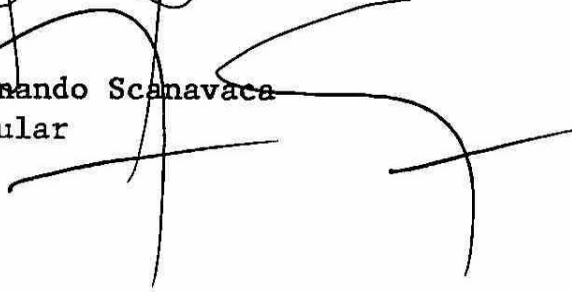
SALA DAS COMISSÕES, 17 DE SETEMBRO DE 2013


Francisco Bühner
Presidente da Comissão


Pedro Lupion
Relator


Jonas Guimarães
Titular


Elton Welter
Titular


Fernando Scanavacca
Titular

colocam-se como exigência impostergável para o exercício da cidadania.

A ideia de eliminar o voto secreto, nos parlamentos brasileiros, não é de hoje. Carlos MAXIMILIANO ao comentar a Constituição de 1946 já mencionava que:

'[...] em um regime democrático devem os governos agir à luz meridiana, expondo todos os seus atos ao estudo e à crítica dos interessados e dos competentes. A publicidade ainda é mais necessária, em se tratando das palavras e votos de congressistas, que não têm senão a responsabilidade moral e são mandatários diretos do povo. Quando erram, o castigo único é a repulsa geral e a falta de sufrágios quando pleiteiam a reeleição.' (grifo meu)

No mesmo sentido, também já mencionava Sampaio DÓRIA:

'[...] a publicidade é indispensável, para que o povo, em cujo nome o Congresso delibera, conheça as razões do que lhe é imposto na lei, saiba como procedem seus representantes, e, em consequência, os aplauda ou os condene. O consentimento do povo na democracia não é só na investidura do poder. É mais até no exercício do poder, porque a investidura é apenas o caminho para o exercício do poder. O exercício é o fim de tudo, é o que se busca, é a missão para que se elege.'

Rui Barbosa enquanto Senador da República, já afirmava que:
'[é] dever do membro do Congresso Nacional responder à nação pelo modo como exerce as funções legislativas. Para isso exerce ela a fiscalização contínua sobre os atos dos seus representantes, acompanha as deliberações parlamentares, sobre as quais deve atuar, constantemente, a opinião pública, no seu papel de guia, juiz, freio e propulsor.'

Cumpra-me, ainda, recordar que o Estado do Paraná é pioneiro na ideia de se abolir o voto secreto, quando marcou a história do país ao aprovar uma PEC, determinando o voto aberto para todas as deliberações do Legislativo paranaense, a exceção de disposições constitucionais em contrário.

Na época, dentro de um conjunto de medidas implantadas com o objetivo de modernizar a atuação desta Casa de Leis, os deputados aprovaram a PEC 29/06 de autoria do então Presidente da Casa Deputado Nelson Justus.

Inclusive na justificativa da proposta apresentada na época, e aprovada pela Assembleia, o deputado Nelson Justus alertava que a medida estava em sintonia com as reivindicações da sociedade.

Diante disso, com a aprovação da PEC N. 29/2006, foi promulgada a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, que, dentre outras modificações que extirpou o voto secreto, inseriu o Parágrafo Único ao artigo 56 com a seguinte redação:

**"Art. 56. (...)
Parágrafo único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo. (Incluído pela Emenda Constitucional 17 de 08/11/2006)"**

Com efeito, a presente PEC vem a contemplar a única hipótese que ainda continha de forma expressa o termo "voto secreto", em que pese o dispositivo acima citado (Parágrafo Único do art. 56) já dispor de maneira genérica que o voto secreto é vedado em todo processo legislativo.

Neste sentido, não se pode negar que a opinião pública corrente majoritária é a de que o voto secreto pode ensejar o efeito inverso do propósito original, permitindo que representantes populares transacionem seu apoio a proposições contrárias ao interesse público, na certeza de que seu voto não chegará ao conhecimento de seus eleitores.

Desta maneira, concebido para garantir a independência dos poderes, o voto secreto, ao gerar a impossibilidade do povo conhecer o voto dos seus representantes é que facilitaria a possibilidade desta interferência indevida, por meio de acordos ou negociações espúrias, imorais e ilegítimas.

Ademais, o argumento de que o voto secreto no parlamento garantiria a independência do parlamentar, na medida em que eliminaria a possibilidade de que este viesse a sucumbir diante de pressões de outras autoridades ou da própria sociedade é inaceitável nas modernas democracias.

Nos dias atuais um parlamentar possui plenas garantias jurídicas que permitem a ele exercer seu mandato com independência, liberdade de consciência e respeito àqueles que o elegeram.

Aliás, o conhecimento público de suas opiniões e de seus votos, é a melhor garantia contra quaisquer atitudes arbitrárias e ilegítimas a que eventualmente pudesse estar sujeito. Por isso, se no passado era justificada, no atual estágio de evolução democrática em que vivemos a perpetuação do voto secreto se apresenta como inaceitável, comprometendo inclusive a credibilidade do Poder Legislativo perante a sociedade.

Entendo que a população tem o direito, de forma clara e transparente, de ter conhecimento como votou o seu representante tendo em vista os textos que nortearão a condução dos negócios públicos e as relações sociais, afinal o verdadeiro sentido da representação política está na possibilidade de controlar o poder político atribuída ao eleitor, que não pode exercê-lo pessoalmente.

Deve-se ainda observar que a alteração da Constituição Estadual se impõe até mesmo como forma de legitimar a escolha já realizada em algumas Constituições Estaduais, no sentido de abolir as votações secretas nas suas respectivas Assembleias Legislativas, conforme mencionou o autor em sua justificativa.

Firmadas estas considerações de mérito, externo o meu posicionamento que não apenas na hipótese ora proposta na presente PEC que, diga-se de passagem, vem a complementar a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 17, mas que de uma maneira geral a votação secreta deveria ser abolida por completo, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, pelo simples fato que este instituto não coaduna com a Democracia em que vivemos, uma Democracia consolidada que a própria população brasileira conquistou a duras penas.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, ante sua constitucionalidade formal e material, bem como por ser o mérito da proposta benéfico a transparência do Poder Legislativo, adequando-a aos ditames da Constituição Federal, opina-se pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2013.

SALA DAS COMISSÕES, 17 DE SETEMBRO DE 2013

Francisco Bühner
Presidente da Comissão

Pedro Lupion
Relator

Jonas Guimarães
Titular

Elton Welter
Titular

Fernando Scanavaca
Titular

89373/2013

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO - PEC 4/2013

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 11h00min, reuniu-se, na sala de reuniões da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, constituída pelo Ato do Presidente nº 22/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, para apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que "altera a redação do § 3º do artigo 57, da Constituição do Estado do Paraná". Constatada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao Relator, Deputado Pedro Lupion, para que procedesse à leitura do Parecer. Ato contínuo, o parecer foi submetido à discussão e votação pelo Senhor Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposição de Emenda Constitucional em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Em seguida, o Deputado Fernando Scanavaca usou a palavra e sugeriu aos demais membros da Comissão para que a proposição registrasse a coautoria do Deputado Nelson Justus, o que foi por unanimidade aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros da Comissão e por mim, Maria Henrique da Silva de Paula, que secretariei a reunião.

Deputado Francisco Bühner
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Deputado Elton Welter
Membro Titular

Deputado Fernando Scanavaca
Membro Titular

Deputado Jonas Guimarães
Membro Titular

Maria Henrique da Silva de Paula
Secretária

89374/2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 400/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel constituído de uma área localizada na Rua Peabiru, Lotes de Terras sob nºs 10, 10-A e 01 Unificados, da Quadra 07, do Loteamento Centro, com área de 2.443,00 m², Matrícula sob nº 10.545 do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 404/2013

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Serranópolis do Iguaçu.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Serranópolis do Iguaçu, de área urbana medindo cinco metros por quarenta metros, totalizando duzentos metros quadrados (200,00 m²), área do Colégio Estadual Presidente Kennedy, atingida pela edificação do Ginásio de Esportes de Flor da Serra, no bairro de mesmo nome, parte integrante da Matrícula nº 3.522, do Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público em benefício da municipalidade e garantida a utilização perpétua pela comunidade escolar integrante do Colégio Estadual Presidente Kennedy, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, inclusive o desmembramento da área e averbação da doação ora efetuada na Matrícula nº 3.522, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 21/2013

Aprova a prestação de contas da
Assembleia Legislativa do Estado do
Paraná, exercício de 2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Resolução nº 25/2013

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2013. Resoluções nº 3, de 15 de março de 2004 e 3, de 13 de abril de 2009.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de junho de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salá das Comissões, 14 de outubro de 2013.

ALEXANDRE CURÍ
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Resolução nº 28/2013


Aprova a prestação de contas Assembleia
Legislativa do Estado do Paraná,
exercício de 2010.


Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiros, Orçamentários e Patrimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19/13

Súmula: Institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido e o tratamento diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas – ME e às empresas de pequeno porte – EPP, no âmbito estadual, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:

- I - recepção da definição nacional de microempresas e empresas de pequeno porte;
- II - preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III - incentivo à geração de empregos;
- IV - incentivo à formalização de empreendimentos;
- V - incentivos à inovação e ao associativismo;
- VI - simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas.

Art. 2º O Estado adotará o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, em relação

ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, estabelecidas em seu território, que optarem pelo referido regime.

Parágrafo único. Lei específica disciplinará o Simples Nacional no Estado, naquilo que for pertinente.

Art. 3º Para gerir o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º. desta Lei, nos seus aspectos não tributários:

I - fica criado o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FPME/PR, órgão colegiado integrado por representantes de instituições públicas e privadas, com as competências definidas nesta Lei e que, sem solução de continuidade, sucederá o Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FPME/PR, instituído pelo Decreto nº 2.592, de 05 de maio de 2008;

II - fica criado o Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Subcomitê CGSIM/PR, órgão colegiado integrado por representantes de instituições públicas e privadas, na forma a ser regulamentada por Ato do Poder Executivo.

§ 1º Compete ao FPME/PR as seguintes atribuições, além de outras previstas em seu regulamento:

I - formular e coordenar a política estadual de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;

II - acompanhar e avaliar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Estado, promovendo medidas de articulação, integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

III - propor a revisão da legislação estadual sobre as ME e as empresas de pequeno porte, de acordo com as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas respectivas atualizações;

IV - propor a regulamentação e supervisionar a implementação dos instrumentos previstos no art. 6º desta Lei, buscando a adesão e integração dos municípios paranaenses;

V - coordenar, no âmbito de suas atribuições, a integração dos municípios paranaenses com os órgãos e entidades da administração pública direta, suas autarquias e fundações;

VI - representar o Estado, no âmbito de suas atribuições, na celebração de convênios com a União e municípios paranaenses, para fins da articulação das respectivas competências, visando a integrar dados, informações e orientações, bem como viabilizar a implantação dos instrumentos previstos neste artigo;

VII - coordenar a elaboração de estudos técnicos, oficinas e encontros para discussão dos temas relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte;

VIII - coordenar a realização de oficinas e eventos de discussão dos temas relacionados à Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, assim como a esta Lei;

IX - propor a realização de campanhas de divulgação e informações sobre os temas do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, principalmente em relação à formalização do Microempreendedor Individual - MEI;

X - acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 2º O FPME/PR é constituído pelos órgãos estaduais competentes e por entidades de interesse do setor, podendo, nos termos de seu regimento interno, instituir Fóruns Regionais.

§ 3º O FPME/PR é vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL e será presidido pelo seu titular.

§ 4º Compete ao Subcomitê CGSIM/PR, além de outras competências atribuídas por esta Lei e pelo seu regimento interno:

I - coordenar a implantação e gerir o módulo integrador estadual com o integrador da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, instituída pela Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, de conformidade com as normas emanadas pelo Comitê Gestor da REDESIM;

II - orientar entidades públicas estaduais e municipais sobre a elaboração e implementação de normas legais e/ou administrativas compatíveis com os princípios de simplificação da REDESIM;

III - propor a eliminação de procedimentos administrativos desnecessários no registro e legalização de empresas nas esferas estadual e municipal;

IV - estimular a adoção de padrões mínimos de segurança e ordenamento territorial, no que se refere ao registro e legalização de empresas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

V - promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura, alteração e extinção de empresas, objetivando a unicidade do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

VI - elaborar e aprovar o modelo operacional de simplificação e desburocratização do processo de abertura, alteração e baixa de empresas no Estado do Paraná;

VII - elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VIII - supervisionar a implantação da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual, como aplicativo integrado ao Portal do Empreendedor Paranaense;

IX - propor a definição e a classificação das atividades consideradas de alto e baixo risco, para fins de licenciamento;

X - expedir resoluções necessárias ao exercício de sua competência.

§ 5º A participação nos órgãos instituídos neste artigo, assim como nos seus grupos de trabalho, não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário como definido pelo art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

II - MEI - microempreendedor individual, para efeito de aplicação de dispositivos especiais previstos nesta Lei, o empresário individual que optar por pertencer a essa categoria, nos termos definidos no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e atender todos os requisitos a ele relativos previstos nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da mesma Lei Complementar Federal.

CAPÍTULO III

INSCRIÇÃO, ALTERAÇÃO E BAIXA



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Os órgãos e entidades estaduais terão sua atuação vinculada ao objetivo da simplificação e agilização dos sistemas de registro e controle das microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo ações conjuntas visando a integração com a REDESIM, de que trata a Lei Federal nº 11.598, de 2007, assegurando ainda:

I - a unificação do seu processo de registro e de formalização, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário;

II - a simplificação, racionalização e uniformização dos procedimentos relativos à segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, prevenção contra incêndio, dentre outros.

§ 1º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente estabelecerá os procedimentos para o licenciamento simplificado de empreendimentos de baixo impacto ambiental, definindo e divulgando a listagem das atividades autorizadas por meio da Sala do Empreendedor e da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual.

§ 2º Fica dispensado o reconhecimento de firmas em cartório na apresentação de documentos para abertura, alteração, fechamento ou baixa de empresas, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

§ 3º Será assegurado aos órgãos públicos, resguardadas as informações em relação as quais a lei imponha o dever de sigilo, o acesso eletrônico, ainda que mediante convênio, às informações cadastrais necessárias à orientação prévia e formalização das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 4º Ficam reduzidos a zero os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos cobrados pelos órgãos e entidades administradas pelo Estado do Paraná relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro, manutenções, concessão do microcrédito, alterações cadastrais e baixas para o microempreendedor individual - MEI.

§ 5º Fica autorizada a Junta Comercial do Estado do Estado Paraná - JUCEPAR a implementar redução das taxas relativas a emissão de certidão que indique o enquadramento da empresa, ou a ela equiparada, o empresário e as pessoas jurídicas beneficiadas por esta Lei, obedecida a legislação federal.

Art. 6º Para a garantia dos procedimentos simplificados previstos nesta Lei serão desenvolvidos os sistemas necessários à integração dos procedimentos federais, estaduais e municipais de formalização e registro, pela adesão dos órgãos estaduais à REDESIM, ficando asseguradas:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - a priorização do desenvolvimento dos sistemas necessários à sua implantação no Estado do Paraná e do módulo integrador estadual da REDESIM, coordenado pelo CGSIM/PR;

II - a instalação do Portal do Empreendedor Paranaense;

III - a criação da Sala do Empreendedor Paranaense;

IV - a criação da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual, como aplicativo integrado ao Portal do Empreendedor Paranaense;

V - a facilitação do acesso dos municípios, mediante convênio de adesão, pelo fornecimento de orientação e disponibilização de uso de aplicativos desenvolvidos no âmbito estadual, especialmente os referidos nos incisos anteriores.

§ 1º A Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual poderá se constituir em módulo do Portal do Empreendedor Paranaense e terá por objetivo estabelecer um padrão de rotinas de procedimentos relativas ao registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no Estado do Paraná;

§ 2º O CGSIM/PR, implantará a Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual no prazo de trezentos e sessenta dias a partir do início de suas atividades.

Art. 7º A Sala do Empreendedor Paranaense visa assegurar ao empresário entrada única de dados cadastrais e de documentos, configurando-se como unidade de atendimento presencial e centro integrado dos serviços prestados pelos órgãos e entidades da administração pública direta, suas autarquias e fundações, com as seguintes atribuições:

I - auxiliar o usuário na decisão de abertura do negócio, prestando orientação e informações pormenorizadas para realização do registro e da legalização de empresa;

II - disponibilizar aos interessados, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição;

III - instrumentalizar a solicitação e emissão das certidões necessárias ao funcionamento da empresa;

IV - permitir o acesso eletrônico necessário ao registro e formalização das microempresas e empresas de pequeno porte;

V - fornecer orientação quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, além de outras fixadas em regulamento.

§ 1º Para o pleno funcionamento da Sala do Empreendedor, o Poder Executivo poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para, entre outras funcionalidades, mediante presença física ou virtual, oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Estado.

§ 2º A Sala do Empreendedor Paranaense deverá permitir o acesso à base de dados da REDESIM, funcionando de forma integrada com as Centrais de Atendimento Empresarial – FÁCIL, previstas na legislação federal, sem prejuízo da manutenção de base de dados com outras informações de interesse estadual.

Art. 8º O Portal do Empreendedor Paranaense será integrado pelos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações, centralizando o acesso eletrônico pela rede mundial de computadores, facilitando a todos o acesso aos sistemas necessários à formalização e registro das microempresas e empresas de pequeno porte, e divulgando, ainda, as matérias de interesse das empresas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Também constarão do Portal do Empreendedor as matérias relacionadas ao Portal de Compras do Governo do Estado do Paraná e aos Editais de Leilões promovidos pelo Poder Público, para facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte ao regime favorecido para aquisição ou fornecimento de bens e serviços.

Art. 9º Fica adotada, para utilização nos cadastros e nos registros administrativos do Estado, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

SEÇÃO II DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 10. Para a realização da pesquisa prévia à elaboração ou alteração de ato constitutivo, será facilitado o acesso às informações no Portal do Empreendedor Paranaense, ficando disponibilizada orientação presencial na Sala do Empreendedor relativamente:

I - à descrição oficial do endereço de seu interesse e à possibilidade do exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - aos requisitos necessários à obtenção das autorizações para funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a

localização;

III - à possibilidade de uso do nome empresarial escolhido.

§ 1º Será mantida no Portal do Empreendedor a lista atualizada das atividades consideradas de alto risco, que exigirão inspeção antes da concessão do Alvará de Funcionamento.

§ 2º O resultado da pesquisa prévia de que trata este artigo deverá constar da documentação que instruirá o requerimento de registro no órgão executor do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 3º Serão gratuitos todos os atendimentos e orientações realizados com base em dados franqueados pela União, estados ou municípios, bem como todas as atividades realizadas pelo Portal do Empreendedor ou pela Sala do Empreendedor, sem prejuízo das disposições constantes da Lei Federal nº 11.598, de 2007 - REDESIM e da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

Art. 11. A resposta à consulta prévia será expedida num prazo máximo de quarenta e oito horas para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço postal do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade pretendida.

SEÇÃO III DO REGISTRO, DA ALTERAÇÃO E DA BAIXA

Art. 12. O pedido de registro, de alteração ou de baixa das microempresas e empresas de pequeno porte será efetuado diretamente na REDESIM, sendo facilitado o acesso eletrônico no Portal do Empreendedor Paranaense e orientação presencial na Sala do Empreendedor.

Art. 13. Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, exceto nos casos em que o grau de risco seja considerado alto pela legislação.

§ 1º Na hipótese de indeferimento do registro, o interessado será informado sobre o respectivo motivo.

§ 2º O FPME/PR envidará esforços para que a relação de atividades e a de situações de alto risco sejam uniformes para todo o Estado de forma que os municípios possam a elas aderir.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SEÇÃO IV

DO MEI - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 14. O registro do MEI - Microempreendedor Individual referido no inciso II do art. 4º será efetuado diretamente no Portal do Empreendedor, consoante legislação nacional, observando-se, ainda:

I - o acesso às informações necessárias será disponibilizado por meio eletrônico no Portal do Empreendedor Paranaense;

II - será fornecida orientação presencial e meio de acesso aos portais eletrônicos na Sala do Empreendedor, bem como meios para preenchimento e impressão dos formulários necessários à efetivação do seu registro.

Art. 15. O Estado instituirá programa de formalização do MEI, envolvendo entidades de interesse da sociedade civil organizada, com o objetivo de incentivar a legalização de negócios informais de pequeno porte, oferecendo serviços destinados à constituição e abertura de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como à proporcionar acompanhamento contábil, planejamento e assessoramento empresarial.

Parágrafo único. Os municípios poderão aderir ao programa de formalização de que trata este artigo.

Art. 16. Ficam isentos os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos de abertura, inscrição, registro, alvará, licença e cadastro do MEI, relativos ao início de atividade.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 17. A fiscalização das microempresas e empresas de pequeno porte pelos órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações, responsáveis pelo cumprimento da legislação metrológica, sanitária, ambiental e de segurança, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e, em ação posterior, de caráter punitivo, quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

regularização no prazo determinado.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º Os órgãos e entidades competentes definirão, em noventa dias a partir da entrada em vigor desta Lei, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo, observada a regra do § 3º do art. 55 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

CAPÍTULO V ACESSO AOS MERCADOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado e tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e municipal, por meio da máxima descentralização territorial dos processos licitatórios.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e seguintes desta Lei, bem como em Normas Regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º No âmbito do programa de estímulo à participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do governo, a administração pública adotará regras com objetivo de:

I - capacitar os gestores responsáveis pelas contratações públicas;

II - estimular as entidades públicas e privadas de apoio e de representação a capacitarem as microempresas e empresas de pequeno porte visando à sua participação nos processos licitatórios.

§ 3º O Poder Público Estadual, por intermédio de convênios de Programa do Governo do Paraná formulados com instituições financeiras, Sociedades de Garantia de Crédito e demais entidades de interesse, implementará linha de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte com sede no Paraná vencedoras de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

licitação para produção e comercialização dos produtos licitados pelo Poder Executivo Estadual ou Municipal.

§ 4º A microempresa, a empresa de pequeno porte e o MEI, titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades do Estado não pagos em até trinta dias contados da data de liquidação, poderão emitir título de crédito equivalente a cédula de crédito microempresarial prevista na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 46.

§ 5º A cédula de crédito microempresarial mencionada no parágrafo anterior deverá ser emitida por meio de título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação federal prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do Poder Público.

Art. 19. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que por intermédio de sociedade de propósito específico.

§ 1º Para os efeitos deste artigo poderá ser utilizada a licitação por item, quando destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela administração que puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no *caput*, em decorrência da natureza do produto, a inexistência de, pelo menos, três fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 20. A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do respectivo contrato.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por mais dois dias úteis, a critério da administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

§ 2º Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes, da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à administração pública, em prazo de até dois dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da administração, contados do término do prazo conferido aos

referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

§ 3º A falta de regularização da documentação, nos prazos previstos neste artigo, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no art. 154, I, da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 21. As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores.

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado local ou regional, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 22. Nas aquisições de bens ou serviços comuns que envolvam microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 23. Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada ampla divulgação aos editais no âmbito local ou regional, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no *caput* para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 24. A administração pública poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 1º A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de trinta por cento do total licitado.

§ 2º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º O disposto no *caput* não é aplicável quando:

I - o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a proponente for sociedade de propósito específico composta em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 25. Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-ão:

I - deverá ser comprovada a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

II - a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III - demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso II, a administração pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 26. As contratações diretas por dispensa de licitação ou inexigibilidade com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte.

SEÇÃO II

CERTIFICADO CADASTRAL DA MICROEMPRESA OU DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE - MPE

Art. 27. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Estado deverá:

I - instituir ou utilizar cadastro que possa identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com suas linhas de fornecimento, de modo a facilitar a participação das mesmas nas licitações públicas, com a identificação



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II - divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do Estado, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de dar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Parágrafo único. Os municípios poderão aderir aos instrumentos previstos neste artigo.

SEÇÃO III DA META ANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Art. 28. A administração pública deverá definir até 30 de março de cada ano, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Estado.

Parágrafo único. A meta será revista por ato do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO IV DO PORTAL DE COMPRAS

Art. 29. O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Administração e Previdência:

I - instituirá o Portal de Compras Governamentais, objetivando centralizar as informações referentes às compras públicas e as ações de planejamento das compras de governo;

II - providenciará a elaboração do portal de compras eletrônicas do Estado do Paraná, objetivando, especialmente:

a) a negociação de preço de bens e serviços adquiridos pela administração pública, por meio de procedimentos eletrônicos, permitindo ampla competitividade e igualdade de condições de participação para todos os seus usuários;

b) proporcionar a participação mais econômica e ágil dos fornecedores aos processos de aquisição eletrônica estadual;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

c) proporcionar facilidade e comodidade nas aquisições, ainda que por adesão, de Secretarias de Estado, autarquias, incluindo as universidades, fundações, empresas estatais e municípios;

d) a promoção, por cotação eletrônica, da aquisição de bens ou serviços por dispensa de licitação;

e) dar ampla flexibilidade e possibilidades à política de compras governamentais voltadas à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e MEI, locais e regionais.

Parágrafo único. A administração pública estadual deve utilizar este portal eletrônico para:

I - disponibilizar informações referentes aos procedimentos adotados nas realizações de suas compras;

II - divulgar previamente os editais de licitação na forma da legislação, destacando a forma de participação das microempresas e empresas de pequeno porte;

III - permitir o acompanhamento das licitações;

IV - ampliar a participação de fornecedores por meio de divulgação dos instrumentos de cadastramento, credenciamento e habilitação;

V - divulgar as tabelas de preços referenciais do Estado;

VI - outras ações relacionadas.

CAPÍTULO VI ASSOCIATIVISMO

Art. 30. O Poder Executivo, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores, fomentando o associativismo e constituição de sociedades de propósito específico formadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local ou regional, integrado e sustentável.

Art. 31. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Estado entre os quais:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas estaduais, visando o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa destinada à exportação.

CAPÍTULO VII ESTÍMULO À INOVAÇÃO

SEÇÃO I PROGRAMAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 32. Os órgãos e entidades da administração pública estabelecerão uma política de estímulo à inovação de produtos e processos de gestão e operação das microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive apoiando a constituição de incubadoras, com os seguintes objetivos:

I - aumentar a lucratividade e a competitividade, por meio de melhorias na gestão e operação que impliquem ganhos efetivos de qualidade e produtividade;

II - estimular as pesquisas aplicadas e dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, envolvendo todos os órgãos e entidades que tenham entre seus objetivos a execução de pesquisa, desenvolvimento, ensino, financiamento, promoção, estímulo ou apoio, nas áreas científica, tecnológica, jurídica ou institucional;

III - capacitar os empresários, administradores e funcionários para aplicação das novas técnicas, modelos e produtos nos seus processos de gestão e operação;

IV - apoiar o registro, certificação e desenvolvimento de produtos e inovações.

§ 1º No programa de estímulo à inovação de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:

I – as condições de acesso para as microempresas e empresas de pequeno
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

porte serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas.

II – o montante de recursos disponíveis e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 2º O Estado terá por meta a aplicação de, no mínimo, vinte por cento dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou das empresas de pequeno porte.

§ 3º Os órgãos e entidades, atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica, terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no § 2º, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, divulgando, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos recursos aplicados, número de empresas atendidas e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

§ 4º Para efeito do *caput* deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União, com as demais unidades federadas, com entidades de representação e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, com agências de fomento, com instituições científicas e tecnológicas, com núcleos de inovação tecnológica, com organismos internacionais e com instituições de apoio.

§ 5º O Poder Público prestará esclarecimentos e orientação no Portal do Empreendedor Paranaense e na Sala do Empreendedor, visando facilitar a operacionalização dos projetos pelas microempresas e empresas de pequeno porte e o amplo acesso aos mecanismos de incentivo à inovação.

Art. 33. A política pública de estímulo à inovação de que trata o art. 32, abrangerá as seguintes ações:

I - no que se refere a projetos:

a) concepção ou desenvolvimento de novos produtos ou processos de gestão e operação, bem como de novas funcionalidades, características ou benefícios, que inclusive agreguem valor aos produtos exportados;

b) transferência do conhecimento relativo aos novos produtos ou processos de gestão e operação, que incluam atividades de divulgação, capacitação direta ou certificação de órgãos e entidades públicas ou privadas de apoio e serviço aptas a atuarem na capacitação;

c) teste e certificação para orientar as aquisições de produtos, insumos, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, partes, ferramentas e sistemas de informação utilizados nos processos de gestão e operação das microempresas e empresas de pequeno porte;



II - no que se refere à organização, investimento e custeio:

a) ações vinculadas à operação de incubadoras;

b) serviços de assessoria, nas áreas técnica e jurídica, e o apoio ao processo de registro de produtos e inovações nos órgãos envolvidos na defesa de direitos autorais e de marcas e patentes.

Parágrafo único. As agências de fomento científico e tecnológico estaduais poderão criar ou aprimorar o apoio ao desenvolvimento tecnológico de que trata este artigo, por meio de atividade de fomento direto à pesquisa realizada nas empresas.

Art. 34. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, permitido aos órgãos ou entidades estaduais arcar com despesas de aluguel, manutenção do prédio e demais despesas de infraestrutura.

§ 1º O Poder Executivo manterá, por si ou com entidade gestora que designar, e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 2º O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a dois anos mediante avaliação técnica.

Art. 35. O Poder Executivo divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte no Estado.

§ 1º Os recursos referidos no *caput* deste artigo poderão complementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobrir gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

§ 2º O disposto no § 1º compreende:

I - a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

contidas e as respectivas formas de atendê-las;

III - apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos;

IV - recebimento de editais e encaminhamento a entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte;

V - promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

SEÇÃO II INCENTIVOS FISCAIS À INOVAÇÃO

Art. 36. Fica o Poder Executivo, após a análise do impacto orçamentário-financeiro e a adoção, quando necessário, de medidas de compensação (art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000), autorizado a reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação incidente na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em decreto, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas e empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado.

SEÇÃO III DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Art. 37. O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar do capital de sociedade de propósito específico formada por microempresas ou empresas de pequeno porte, com prazo determinado, visando ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos será regida pela legislação federal ou estadual pertinente.

SEÇÃO IV DO FUNDO DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 38. O Poder Executivo manterá programa de estímulo à inovação de que trata o art. 35, com utilização do Fundo de Inovação das microempresas e empresas de pequeno porte para financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

inovação do Estado voltados para microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º O Fundo de Inovação das microempresas e empresas de pequeno porte atuará com os seguintes objetivos principais:

a) apoiar programas de inovação voltados às microempresas e empresas de pequeno porte;

b) promover a transferência de conhecimento das instituições científicas e tecnológicas do Estado do Paraná para as microempresas e empresas de pequeno porte, contribuindo para melhorar seus produtos, processos e serviços;

c) estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Dos recursos aplicados anualmente em projetos de inovação voltados para as empresas, no mínimo, vinte por cento serão destinados ao Fundo de Inovação MPE.

CAPÍTULO VIII DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO CRÉDITO

Art. 39. O Estado, por intermédio de seus órgãos de administração direta e indireta estabelecerá uma política pública de acesso ao crédito que incorpore o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de criar ou ampliar os seguintes instrumentos:

I - linhas específicas de crédito, com taxa de juros e exigências documentais e formais diferenciadas;

II - linhas específicas de crédito voltadas ao apoio ao comércio exterior;

III - constituição de Fundo de Aval Garantidor específico para microempresas e empresas de pequeno porte;

IV - participação no capital de Sociedades de Garantia de Crédito, constituída por microempresas e empresas de pequeno porte e qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na forma da Lei Federal nº9.790, de 23 de março de 1999;

V - constituição de Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas e empresas de pequeno porte.

10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 1º A política referida neste artigo incluirá a ampla divulgação, em conjunto com as instituições financeiras, das linhas de crédito disponíveis, assim como a articulação com as entidades de apoio e representação das microempresas e empresas de pequeno porte, no sentido de proporcionar e desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

§ 2º O disposto neste artigo compreende a manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito, que objetive atender aos empreendedores com a oferta de crédito orientado.

§ 3º Para os efeitos deste artigo e desenvolvimento dos programas referidos, fica autorizada a celebração de convênios específicos entre os órgãos da administração pública estadual e municipal.

Art. 40. O Poder Executivo, por seus órgãos de atuação, apoiará a criação de Comitês Municipais de Crédito com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte.

SEÇÃO II

DA CRIAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE AVAL

Art. 41. O Poder Executivo deverá:

I - enviar à Assembleia Legislativa do Estado, mensagem de lei específica criando Fundo de Aval para microempresas e empresas de pequeno porte;

II - na forma que regulamentar, participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimento em imobilizado e/ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas;

§ 1º O Fundo de Aval terá natureza contábil e a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamento realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte junto ao Sistema Financeiro Nacional representados por instituições financeiras a serem definidas mediante celebração de convênios específicos com o Estado.

§ 2º O Fundo de Aval será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria externa.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte podem ser beneficiadas pelo Fundo de Aval de forma individual ou organizadas em Sociedade de



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Propósito Específico.

§ 4º A participação do Estado poderá também se dar através do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico.

SEÇÃO III

DA PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE GARANTIA DO CRÉDITO

Art. 42. Para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das microempresas e empresas de pequeno porte e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município e região de influência, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a participar através de convênios em associações de crédito, na qualidade de parceiro colaborador.

§ 1º A Associação de Garantia de Crédito deverá estar qualificada como uma OSCIP.

§ 2º Para o recebimento dos recursos, a Associação de Garantia de Crédito deverá firmar Termo de Parceria com o Poder Executivo, nos termos previstos na Lei de que trata o inciso IV do art. 39.

§ 3º A fiscalização da utilização dos recursos repassados pelo Estado à Associação de Garantia de Crédito será executada pelo órgão técnico competente do Poder Executivo.

Art. 43. Para os efeitos do art. 44, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento anual, por conta da correspondente dotação, a ser repassado à Associação de Garantia de Crédito, conforme condições estabelecidas em decreto.

Parágrafo único. A participação do Estado poderá também se dar por meio de recursos do FDE – Fundo de Desenvolvimento do Estado.

SEÇÃO IV

DO FUNDO DE CAPITAL DE RISCO

Art. 44. Para fomentar a consolidação de microempresas e empresas de pequeno porte, o Estado instituirá um Fundo de Capital de Risco, com recursos do FDE, que apoiará os empreendimentos orientados para inovação com participação na composição societária da empresa.

Art. 45. O Poder Executivo enviará mensagem à Assembleia Legislativa do
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

16 0 12 3 100



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

a) de programas específicos de divulgação e capacitação, direta ou por meio de certificação de órgãos e entidades públicas ou privadas de apoio e serviço aptas a atuarem na divulgação e capacitação, voltada à gestão para a exportação;

b) de linhas de financiamento específicas para empresas de que trata esta lei que operem com exportação;

II - disponibilização, na Sala do Empreendedor e no Portal do Empreendedor Paranaense de:

a) catálogo e consulta dos produtos e respectivas características, oferecidos para exportação pelas microempresas e empresas de pequeno porte;

b) serviço de orientação, de logística e assessoria, permitindo ganhos de escala em função da agregação de demanda;

c) serviço de orientação sobre procedimentos, mercados e linhas de crédito voltados à exportação;

III - prestação de serviços de assessoria, nas áreas técnica e jurídica, como apoio nas operações de exportação;

IV - incentivo ao desenvolvimento de formas associativas, especialmente de sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte para produção, comercialização e exportação de produtos e serviços.

CAPÍTULO X

DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º Estão compreendidos no âmbito do *caput* deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º O Poder Público estadual fica autorizado a firmar convênios com
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

44 44 44 44 44 44



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

dirigentes de unidades acadêmicas para o apoio ao desenvolvimento de empresas júnior qualificadas para oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte, discriminadas as atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo único. Compreende-se no âmbito do *caput* deste artigo, a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

Art. 50. O Estado deverá incentivar e apoiar programas públicos de inclusão digital nos municípios, com o objetivo de promover o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte às novas tecnologias da informação e comunicação e à Internet, bem como incentivar e apoiar a implantação de programas públicos para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do município.

Parágrafo único. Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* deste artigo:

I - a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito à Internet;

II - o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

III - a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

IV - a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

V - a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

VI - o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação;

VII - a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

CAPÍTULO XI



GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 098/2013

Curitiba, 10 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 12/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar objetivando instituir, no Estado do Paraná, o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, previsto no artigo 143 da Constituição Estadual, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

A proposta ora apresentada resultou do trabalho realizado pelo Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná, composto por órgãos governamentais e entidades de apoio e representação do segmento de microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pelo Decreto Estadual nº 2.592, de 05 de maio de 2008.

Através do presente Anteprojeto de Lei Complementar, busca-se atender ao disposto no artigo 143 da Constituição do Estado, assim como às determinações constitucionais de tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, contido nos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal, de modo a contemplar todos os aspectos essenciais para o seu desenvolvimento, tais como a desburocratização e simplificação dos procedimentos para sua abertura e legalização, o acesso às compras públicas e ao crédito, apoio à inovação, ao associativismo, à exportação e à educação empreendedora.

Além disso, o Estatuto Nacional, que ora se pretende regulamentar e implementar no âmbito estadual, traz diretrizes para que os entes governamentais procedam de forma articulada, integrada e complementar, com vistas ao desenvolvimento eficaz da micro e pequena empresa e, por consequência, também das comunidades local e regional, sendo capaz de estimular geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade, incentivo à inovação e fortalecimento da economia.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.413.223-3

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 16 SET. 2013


1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 19/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 098/13

Súmula: Institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte previsto no Art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

EMENTA: MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. TRATAMENTO DIFERENCIADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS 33, I E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 65 e 143 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06. LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas – ME e às empresas de pequeno porte – EPP, no âmbito do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Considerando se tratar de Mensagem do Poder Executivo, cumpre salientar a previsão do artigo 65 da Constituição Do Estado Do Paraná, a qual determina que a iniciativa das leis complementares é cabível ao Governador do Estado, conforme adiante transcrito:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno Da Assembleia Legislativa Do Estado Do Paraná:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o que se pretende é regulamentar e implantar no âmbito estadual as normas gerais já previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Diante disso, cumpre ressaltar que conforme Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador, "busca-se atender ao disposto no artigo 143



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da Constituição do Estado, assim como às determinações constitucionais de tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, contido nos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal."

Dessa forma, se observa o contido no artigo 143 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 143. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da lei.

Ademais, o presente projeto, cumpre as regras gerais estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 123/06:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Diante disso, perfeitamente possível o presente projeto de lei, regulamentar o assunto em questão.

Ademais, importante observar que o Projeto de Lei Complementar não importa em impacto financeiro, portanto, dentro dos ditames da Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17109118



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19/13

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Complementar em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 098/13, que institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos art. 65 e 143 da Constituição Estadual.

De igual modo, o autor da proposta informa que visa atender às determinações constitucionais de tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, contido nos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Vale ressaltar ainda que, a matéria está em consonância com os ditâmes da Lei Complementar Federal nº 123/06 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Já em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário, observamos que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO


Isto posto, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 19/2013.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


DEP. PROF. LENNY


DEP. ELCIO


DEP. AR EDSON



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 19/2013

Súmula: Mensagem nº 98/2013 - institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da empresa de pequeno porte instituído pela lei complementar federal nº 123, de 2006, em suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 19/2013, de autoria do Poder Executivo: Mensagem nº 98/2013 - que institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da empresa de pequeno porte instituído pela lei complementar federal, nº 123, de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



2006, em suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Uma vez apresentado o Projeto de Lei, obedecendo a previsão regimental o mesmo foi encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças para sua análise, recebendo parecer favorável.

Sendo então encaminhado a Comissão de indústria e Comércio, cabendo a este parlamentar a relatoria.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, a proposição em análise objetiva instituir no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da empresa de pequeno porte instituído pela lei complementar federal, nº 123, de 2006, em suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

Do ponto de vista desta Comissão, podemos considerar que a proposta é relevante por estar presente o interesse coletivo do universo dos pequenos e micro empreendedores, pois os mesmos são frágeis frente às empresas de grande porte.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa




Desta feita, não há que se falar em violação do princípio da isonomia, haja vista que os desiguais devem ser tratados desigualmente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 19/2013.


↳ COMPLEMENTAR

Sala das Comissões, 09 de outubro de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Jonas Guimarães
Relator


Dep. Danilo


Dep. Carlos


Dep. Paulo

ANTEPROJETO DE LEI 398/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Nova Aliança do Ivaí.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel constituído pelos Lotes nºs 12 e 13 da Quadra nº 23, de frente para a Avenida Francisco Pires de Lemos nº 410, com área de 1.120,00 m², situados na cidade de Nova Aliança do Ivaí, conforme Matrícula nº 13.159 do Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra, no prazo de dois anos, a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 088 /2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel constituído pelos Lotes nºs 12 e 13, da Quadra nº 23, de frente para a Avenida Francisco Pires de Lemos nº 410, com área de 1.120,00 m², situados na cidade de Nova Aliança do Ivaí, conforme Matrícula nº 13.159 do Cartório de Registro de Imóveis de Paranavai.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para serviços públicos municipais.

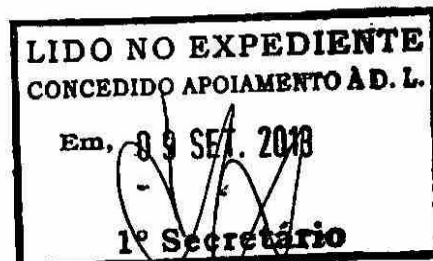
É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que os imóveis em referência ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade, que serão usados exclusivamente para o fim previsto, que retornarão ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade dos bens doados, caso contrário os imóveis retornarão, também, ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/2013

Projeto de Lei nº 398/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 088/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Nova Aliança do Ivaí.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI Nº 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 088/2013, visa efetuar a doação, ao Município de Nova Aliança do Ivaí, do imóvel constituído pelos Lotes nº 12 e 13 da Quadra nº 23, de frente para a Avenida Francisco Pires de Lemos nº 410, com área de 1.120,00,00m², conforme matrícula nº 13.159 do Cartório de Registro de Paranaíba, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, artigo 65, conforme segue:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ademais o artigo 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas *f*, *h* e *i*; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009).
(grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o projeto de lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Dep. Scaramuzza

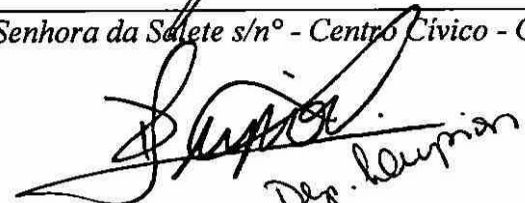

Dep. Neres


Dep. Walter


Dep. Carlos

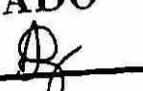

Dep. Turiani


Dep. Pastor


Dep. Laurian

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

14/09/13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/2013

Projeto de Lei nº 398/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 088/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Nova Aliança do Ivaí.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 398/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 088/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Nova Aliança do Ivaí, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. O imóvel a ser doado contempla uma área de terra com 1.120,00 m², referente aos Lotes nºs 12 e 13 da Quadra 23, de frente para a Avenida Francisco Pires de Lemos nº 410, conforme Matrícula nº 13.159 do Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 398/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Nova Aliança do Ivaí no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 398/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 088/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 398/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Nova Aliança do Ivaí, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 398/2013**, em sua forma apresentada.

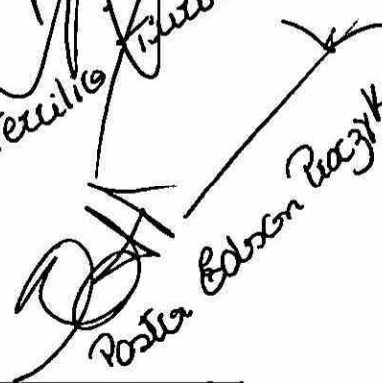
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 23 de setembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator


Elton Welter


Tercílio Turini


Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 460/13

Súmula: Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Ficam extintos um mil cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Executivo, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica instituída a Função de Gestão Pública - FG, que se destina às atribuições de direção, de chefia e de assessoramento, com símbolo e remuneração constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A Função de que trata o *caput* será exercida exclusivamente por servidores titulares de cargo de provimento efetivo.

Art. 3º As Funções de Gestão Pública ficam criadas no quantitativo equivalente aos cargos em comissão extintos pelo art. 1º, existentes na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de provimento em comissão e a função de gestão pública correspondem a mesma atribuição na estrutura organizacional e não poderão ser preenchidos, ocupados ou exercidos concomitantemente.

Art. 4º A designação para o exercício da Função de Gestão Pública será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º As Funções de Gestão Pública serão submetidas ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva e são incompatíveis com:

- I - o exercício de cargo de provimento em comissão;
- II - a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF; e
- III - outras vantagens de mesma natureza.

Art. 6º A designação para o exercício de Função de Gestão Pública independe da lotação do servidor.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 7º A Função de Gestão Pública incidirá no cálculo da remuneração de férias e décimo terceiro salário.

Art. 8º A Função de Gestão Pública não é incorporável à remuneração do cargo de provimento efetivo, não integrará os proventos de aposentadoria, não será computada para fins de acréscimos ulteriores, bem como não servirá de base de cálculo para a concessão de outras vantagens.

Art. 9º Será devida a remuneração pelo exercício da Função de Gestão Pública, assim como a remuneração de cargo de provimento em comissão em caso de substituição do titular decorrente de gozo de férias e afastamentos legais, exclusivamente para as atribuições de direção e de chefia.

Art. 10. A denominação ou nomenclatura e a vinculação das funções de gestão pública e dos cargos de provimento em comissão à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, poderão ser alteradas, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia manifestação formal da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

Art. 11. A função de que trata esta Lei será reajustada no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os cargos de provimento em comissão.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 13. Ficam extintas ao vagar as funções gratificadas previstas nos artigos 15 a 17 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como as gratificações de chefia, previstas no artigo 5º, do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993, ao deixarem de ser percebidas pelos atuais beneficiários.

Art. 14. Às disposições desta Lei serão implementadas se comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento de forma conjunta de todas as suas disposições, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

**ANEXO I – RELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO EXTINTOS**

SIMBOLO	TOTAL
1-C	280
2-C	185
3-C	44
4-C	30
5-C	126
6-C	22
7-C	19
8-C	1
9-C	30
10-C	15
11-C	8
12-C	0
13-C	1
14-C	5
15-C	14
DAS-1	4
DAS-2	12
DAS-3	12
DAS-4	38
DAS-5	154
TOTAL	1.000

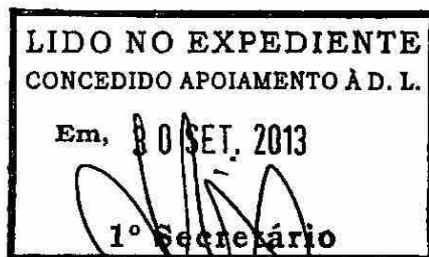


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO II – FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA
TABELA DE REMUNERAÇÃO POR SÍMBOLO

SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO
FG-1	7.725,00
FG-2	6.820,00
FG-3	6.365,00
FG-4	5.460,00
FG-5	5.004,00
FG-6	4.883,00
FG-7	4.409,00
FG-8	3.641,00
FG-9	3.349,00
FG-10	3.149,00
FG-11	2.715,00
FG-12	2.327,00
FG-13	1.984,00
FG-14	1.703,00
FG-15	1.595,00
FG-16	1.494,00
FG-17	1.401,00
FG-18	1.311,00
FG-19	1.228,00
FG-20	1.160,00
FG-21	1.097,00
FG-22	1.037,00
FG-23	1.012,00
FG-24	933,00



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de setembro de 2013
OF CEE/G 159/13

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Senhor Presidente,

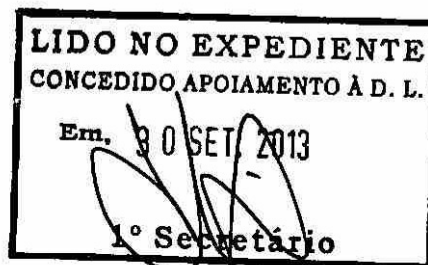
Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação dos Anteprojetos de Lei encaminhados para apreciação, por meio das Mensagens Governamentais n.ºs 114, 115, 116 e 117, datadas do dia 27/09/2013.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente das Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 116/2013

Curitiba, em 27 de setembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre extinção de cargos de provimento em comissão e a instituição de Função de Gestão Pública – FG, a ser atribuída exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

A Constituição Estadual impõe ao Administrador Público, dentre outros princípios agir com eficiência e economicidade, demandando constante preocupação com a estrutura de cargos e de remuneração dos servidores públicos, visando uma melhor adequação aos valores constitucionais.

Sob o aspecto da eficiência, considera-se que há uma orientação expressa na Constituição do Estado direcionada ao fortalecimento da atuação dos servidores titulares de **cargos efetivos**, de modo a conferir maior estabilidade no exercício das atribuições públicas. Tal orientação é evidenciada especialmente na norma expressa pelo artigo 27, inciso V, que dispõe que “as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.000.019-3



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Em que pese a relevância dos denominados cargos de provimento em comissão que possibilitam ao gestor público escolher a equipe técnica de sua confiança para implementar as políticas públicas integrantes de planos de governo, é fundamental que seja privilegiada a formação de um corpo técnico funcional permanente, constituído de servidores de carreira, objetivando o aumento da eficiência na Administração Pública Estadual.

É importante destacar alguns aspectos técnicos relevantes: a FG não poderá ser cumulada com a remuneração de cargo de provimento em comissão; com a gratificação por desempenho de atividade fazendária ou outras vantagens de mesma natureza; não será incorporada à remuneração do servidor; não integrará proventos de aposentadoria e nem servirá de base de cálculo para outras vantagens.

Ademais, a FG foi definida a partir de critérios e estudos técnicos que concluíram pela conveniência e oportunidade de edição de uma lei que prestigiasse as estruturas permanentes e efetivas do funcionalismo público, valorizando a profissionalização do serviço público.

Vale ressaltar que a proposta teve como diretriz a não geração de impacto financeiro em sua implantação. Haverá a extinção de cargos em comissão em atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que reduzirá em 21,5% o número atual de cargos em comissão, demonstrando o comprometimento do Governo com a austeridade na gestão dos recursos públicos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/2013

Projeto de Lei nº. 460/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 116/13

Súmula: Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da função de gestão pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e das outras providências.

EMENTA: EXTINÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E INSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 116/2013, tem por finalidade extinguir cargos de provimento em comissão e instituir a função de gestão pública – FG, para cargos de provimento efetivo.

VISTA EM 01/10/13

Toduverson Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

[Assinatura]

CCJ -



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, a Constituição do Estado aborda como **tema de competência privativa do Governador do Estado** leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(vide ADIN 979-6)

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se da justificativa anexa ao presente Projeto, que não haverá acréscimos de despesa, eis que serão extintos 21,5% do número atual de cargos em comissão existentes no governo.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

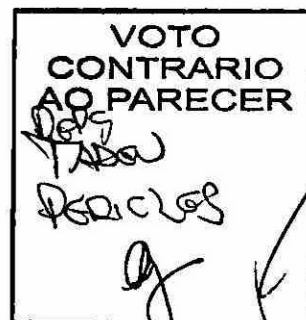
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.

APROVADO
02.10.2013

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. PEDRO LUPION
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/13, que objetiva dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, objetiva modernizar a gestão pública com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta deriva de estudos sobre o planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É importante destacar que o autor da matéria justifica que haverá a extinção de cargos em comissão, o que fatalmente reduzirá em 21,5% (vinte e um virgula cinco) por cento o número dos referidos cargos.

De igual modo, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, existe a Informação nº 590/2013, subscrita pela Senhora Elizabeth Cristina de Azevedo, Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, esclarecendo que a matéria proposta não acarretará impacto orçamentário e financeiro.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ~~WILSON GUIMARÃES~~
RELATOR


DEP. PÚB. IGSI


DEP. ACIDALI